

# A culpa do governo

Mais de uma vez o coordenador político do governo manifesta suas queixas contra o Congresso, alegando que é lenta a tramitação imposta pelos parlamentares aos projetos de maior importância encaminhados pelo Executivo. O leitor estará lembrado de que, em abril, já emanavam do Palácio do Planalto notícias tendentes a fazer crer que a reforma fiscal — cujo projeto ainda não está concluído — teria de ser votada no primeiro semestre, sob pena de o País se ver a braços com dificuldades sem nome e sem medida. A reação às críticas formuladas pelo ministro Jorge Bornhausen corresponde ao troco que foi dado pelo presidente da Câmara dos Deputados. Para o gaúcho Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), “a responsabilidade pela lenta tramitação dos projetos do governo é do próprio governo”.

Irritado, ele foi mais longe, afirmando: “O que falta na Câmara é a presença do Poder Executivo”; e concluiu que cabe ao presidente da República e aos ministros de Estado “mobilizar suas

bancadas para votar os projetos de seu interesse”. Talvez se pudesse dizer desde logo, para explicar o que sucede, que há circunstâncias atenuantes. O Brasil adotou um regime estranho, o presidencialismo com uma quantidade insuportável de partidos, alguns deles na busca de sua própria identidade, outros inexpressivos e fadados a ter vida curta, e finalmente os que só têm fachada: são as chamadas legendas de aluguel, muito úteis nos períodos de safra eleitoral.

Só depois de cumpridos dois anos de sua posse, o presidente Collor de Mello compôs um Ministério apto a formar para ele maioria no Legislativo. E nem mesmo com a reforma ministerial conseguiu alcançar esse objetivo maior!

Mas, fora o problema criado pelo funcionamento de um regime que é só brasileiro, surrealista, e não existe em qualquer outra democracia, cumpre reconhecer que o presidente da Câmara dos Deputados tem razão. E, defendendo o Poder de que faz parte, se permite lembrar que o novo regimento daquela

Casa de Congresso, elaborado e posto a vigorar depois que se encerraram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, “permite votar uma matéria em urgência urgentíssima, até no mesmo dia da apresentação, desde que haja apoio político”. Descendo a detalhes, o deputado Íbsen Pinheiro mostrou qual a situação dos projetos que o governo considera prioritários, como o da modernização do sistema portuário, o da propriedade industrial, o da Advocacia-Geral da União e outros, valendo notar que em todos os relatores são do PFL — partido a que pertence o ministro Bornhausen. E, no entanto, os projetos não andam!

Não se pode deixar de dar atenção ao que diz o deputado pelo Rio Grande do Sul quando afirma que o governo é, antes de tudo, o causador das dificuldades por que passa junto aos parlamentares. Pois, em junho, ainda ruma nobres cogitações e graves dúvidas que o impedem de formular a ansiada reforma fiscal, de que tanto diz carecer.